

# Prefeitura Municipal de Piratini-RS

### PROJETO DE LEI N.

Acrescenta o parágrafo único, ao artigo 4°, da Lei Municipal n° 649/2005, que dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Piratini e dá outras providências.

**MARCIO MANETTI PORTO**, Prefeito Municipal de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO** saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1° - Fica acrescido o parágrafo único, ao artigo 4°, da Lei Municipal n° 649/2005, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - A critério das entidades mencionadas no inciso IV, fica o Poder Executivo autorizado a destinar espaço físico e audiovisual para realização de campanhas de adoção e conscientização em todos os eventos públicos realizados pelo Município de Piratini, observada a disponibilidade e conveniência administrativa."

**Art. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATINI, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.



# Prefeitura Municipal de Piratini-RS

#### **JUSTIFICATIVA**

Acrescenta o parágrafo único, ao artigo 4º, da Lei Municipal nº 649/2005, que dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Piratini e dá outras providências.

Atendendo Indicação do Vereador Jeferson Porto de Almeida, encaminhamos o presente Projeto de Lei que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a destinar espaço físico e audiovisual, em todos os eventos públicos promovidos pelo Município de Piratini, para a realização de campanhas de adoção e conscientização sobre a situação dos animais em condição de rua.

A iniciativa busca atender a uma demanda social cada vez mais urgente: o crescente número de cães e gatos abandonados ou em situação de vulnerabilidade. Esses animais, além de sofrerem com fome, frio e doenças, representam também um problema de saúde pública, já que podem transmitir zoonoses e causar acidentes de trânsito.

A adoção responsável é uma das formas mais eficazes de enfrentar essa realidade, oferecendo uma nova oportunidade de vida digna aos animais, ao mesmo tempo em que promove a conscientização da população sobre a guarda responsável. A criação de espaços de divulgação em eventos públicos amplia a visibilidade das campanhas e facilita o contato entre os cidadãos interessados em adotar e as entidades de proteção animal.

Além disso, a utilização dos meios audiovisuais nesses eventos fortalece o caráter educativo da proposta, permitindo difundir informações sobre cuidados básicos, importância da castração e a necessidade de combater o abandono.

Trata-se, portanto, de uma medida de baixo custo para o Município, mas de grande impacto social, ambiental e de saúde pública, fortalecendo as políticas de bem-estar animal e alinhando Piratini às práticas mais modernas e humanitárias de gestão pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos senhores Vereadores para aprovação deste Projeto de Lei, por entender que representa um avanço significativo para a proteção dos animais e para a construção de uma sociedade mais consciente, solidária e responsável.

Piratini, 04 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

MARCIO MANETTI PORTO
Data: 04/09/2025 13:47:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marcio Manetti Porto Prefeito Municipal

## PREFEITURA DE PIRATINI

ASSESSORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO

**Assunto:** Projeto de Lei que acresce parágrafo único ao art. 4º da Lei Municipal nº 649/2005 − Controle de populações de cães e gatos e prevenção de zoonoses.

Interessado: Prefeitura Municipal de Piratini/RS

Relatório:

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo Municipal a destinar espaço físico e audiovisual em eventos públicos realizados pelo Município, para a realização de campanhas de adoção e conscientização sobre a situação de cães e gatos em condição de rua, nos termos do parágrafo único a ser acrescido ao art. 4º da Lei Municipal nº 649/2005.

O Projeto foi apresentado atendendo à indicação do Vereador Jeferson Porto de Almeida e objetiva ampliar a visibilidade das ações de proteção animal, promovendo conscientização da população sobre guarda responsável, adoção e prevenção de zoonoses.

#### Análise Jurídica:

- 1. **Competência Legislativa:** O projeto encontra amparo na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal.
- 2. Adequação à Lei Municipal nº 649/2005: A iniciativa complementa a lei existente, sem alterar suas disposições principais, inserindo dispositivo que permite a utilização de espaços públicos para fins educativos e de adoção responsável.
- 3. **Princípios da Administração Pública:** O projeto observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, ao promover políticas de saúde pública, bemestar animal e educação social, com custo reduzido para o Município.
- 4. Compatibilidade com a Política de Saúde Pública: A medida contribui para prevenção de zoonoses e problemas associados ao abandono de animais, reforçando a atuação do Município em matéria de saúde pública e proteção animal.

#### Conclusão:

Diante do exposto, o presente Projeto de Lei **encontra respaldo jurídico e normativo**, estando em conformidade com a legislação municipal e federal aplicável, podendo ser encaminhado à Câmara Municipal para deliberação, sem ressalvas. Recomenda-se o seu **prosseguimento para sanção e promulgação** pelo Poder Executivo Municipal.

Piratini/RS, 04 de setembro de 2025.

Wilbor D. Pinheiro

Assessor Jurídico - OAB/RS 104.080.





# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 035C-2FE1-2579-4353

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

WILBOR DUARTE PINHEIRO (CPF 000.XXX.XXX-35) em 04/09/2025 10:56:43 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://prefeiturapiratini.1doc.com.br/verificacao/035C-2FE1-2579-4353



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 – CEP: 96.490-000
(53) 3257-2764 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

### PARECER JURÍDICO Nº 156/2025

Projeto de Lei nº 45/2025

**Origem: Poder Executivo** 

Ementa: Acrescenta o parágrafo único, ao artigo 4º, da Lei Municipal nº649/2005, que dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Piratini e dá outras providências.

#### 1. Relatório

Vem ao exame desta Assessoria Jurídica o Projeto de Lei nº 45/2025 de Autoria do Poder Executivo Municipal que acrescenta o parágrafo único, ao artigo 4º, da Lei Municipal nº649/2005, que dispõe sobre o controle das populações de cães e gatos, bem como sobre a prevenção e controle de zoonoses no município de Piratini e dá outras providências.

#### 2. Análise Jurídica

### 2.1 Da constitucionalidade Formal

De modo geral, a constitucionalidade formal diz respeito ao procedimento ou à forma adotada para a elaboração de uma norma. Por outro lado, a inconstitucionalidade formal ocorre quando, a desrespeito ao processo estabelecido para a elaboração de uma lei ou de uma norma.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 – CEP: 96.490-000
(53) 3257-2764 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

Diante disso, passa-se à análise do projeto de lei, neste aspecto:

### 2.1.1 Iniciativa Legislativa

A proposição está de acordo com a competência legislativa atribuída aos Municípios, conforme previsto no art. 30, I da Constituição Federal.

Além disso, não apresenta vício de iniciativa, uma vez que foi proposta pelo Poder Executivo, nos termos da competência reservada disposta no art. 56 da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao princípio da simetria constitucional trazido nos arts. 61, § 1°, e no art. 165, I, II e III, da Constituição Federal.

Dessa forma, conclui-se que o projeto não apresenta vício de iniciativa, pois respeita as competências municipais para legislar e não incorre em vício formal, ou seja, vício de iniciativa.

### 2.1.2 Do processo legislativo

Não padecendo de vício de iniciativa, deverá ser o projeto submetido a comissão de pareceres para análise e, posteriormente, ao plenário para deliberação, observado sempre o Regimento Interno da Casa Legislativa.

### 3. Constitucionalidade Material

A constitucionalidade material se refere ao **conteúdo da norma**, visando analisar se está adequado aos princípios e regras constitucionais.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATINI

CNPJ: 22.862.949/0001-33
Rua Bento Gonçalves, 116 – CEP: 96.490-000
(53) 3257-2764 - camara@camarapiratini.rs.gov.br
www.camarapiratini.rs.gov.br

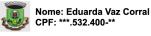
Assim sendo, este parecer, por ser meramente opinativo, destina-se à análise do conteúdo da norma e das regras de forma genérica, sob pena de invadir a competência do plenário para a deliberação da matéria.

O projeto visa acrescentar o parágrafo único, ao artigo 4º, da Lei Municipal nº649/2005, cujo objetivo é autorizar a possibilidade de uso de espaços públicos e de comunicação institucional. O projeto acrescenta uma dimensão de educação, prevenção e estímulo social positivo, apostando na conscientização como instrumento complementar ao controle.

#### 4. Conclusão

Diante do exposto, **OPINO pelo prosseguimento da tramitação do projeto, nos** termos regimentais, visto que está em conformidade com os aspectos de legalidade e constitucionalidade, bem como atende aos critérios formais e materiais exigidos.

Piratini, 04 de setembro de 2025.



Assinado com certificado digital avançado

Eduarda Corral OAB/RS 89.548

